

I ENCONTRO TÉCNICO **SOBRE REFORMA** **TRIBUTÁRIA** **» PARA MUNICÍPIOS**

AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO À NOVA LEGISLAÇÃO

25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDITO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt

REFORMA TRIBUTÁRIA

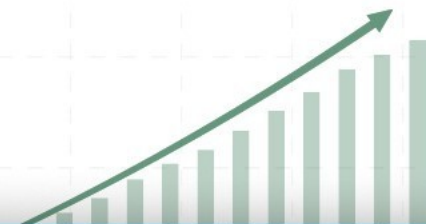
DESAFIOS E OPORTUNIDADES





Henrique Valentim

- Secretário da Fazenda Serra –ES
- Vice presidente Fórum Nacional dos Secretários e Secretárias da Fazenda - FNP
- Membro PAT – RTC
- Membro GCE - Pré-Comitê Gestor IBS



NFS_e

Nota Fiscal de
Serviço eletrônica

- Adesão ao ADN, obrigatória.
- Parametrização, obrigatória.
- Adequação ou Mudança de Sistemas.

Opções:

1º) Emissor próprio

2º) Emissor da RFB

Risco: 

- suspensão temporária das transferências voluntárias.

 Receita Federal
127 mil inscritos



[Apresentação NFS-e pela RFB](#)

Obrigatoriedade: 01 de Janeiro de 2026



O passo a passo para a adesão à NFS-e pode ser resumido da seguinte forma:



[Como conveniar-se clique aqui](#)

NFS_e Nota Fiscal de Serviço Eletrônica



Home

Município: Serra/ES

Dados do Município

Município:

Situação c

Início da v

399123

TOTAL DE NFS-E



0
Nº DE CONTRIBUINTES

Parametrização

Informações do Convênio

Dados do Município

Legislação para o ISSQN

Lista de Serviços

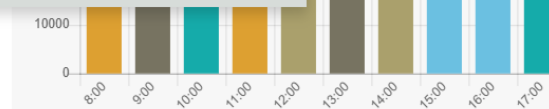
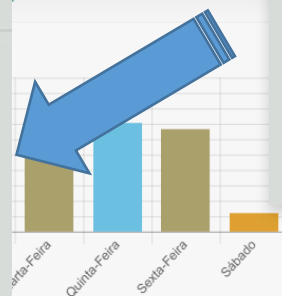
Regimes Especiais de Tributação

Retenções do ISSQN

Benefícios Municipais

Eventos - Cancelamento de NFS-e

Eventos - Substituição de NFS-e



Configuração do Convênio

AMBIENTE DE DADOS NACIONAL (ADN NFS-E)

O município irá utilizar o Módulo Ambiente de Dados Nacional? * ⓘ

☒ Sim

☐ Não

EMISSORES PÚBLICOS NACIONAIS (WEB, MOBILE, API)

O município irá utilizar os Emissores Públicos Nacionais (API, Móvel e Web)? * ⓘ

☐ Sim

☒ Não

ORIGEM DOS DADOS DOS CONTRIBUÍNTES

A atual versão do Sistema Nacional NFS-e não permite a utilização de dados de contribuintes de outros municípios.

Qual origem das informações dos contribuintes o município irá utilizar? * ⓘ

☐ CNC - Cadastro Nacional de Contribuintes

☒ RFB - Integração com as bases de dados da Receita Federal

MÓDULO DE APURAÇÃO NACIONAL - MAN NFS-E

O Módulo de Apuração Nacional não está disponível nesta versão do sistema.

O município irá utilizar o Módulo de Apuração Nacional? * ⓘ

☐ Sim

☒ Não

O município permite aproveitamento de Créditos disponíveis no Painel de Créditos? * ⓘ

☐ Sim

☒ Não

Configuração do Convênio

AMBIENTE DE DADOS NACIONAL (ADN NFS-E)

O município irá utilizar o Módulo Ambiente de Dados Nacional? * ⓘ

☒ Sim

☐ Não

EMISSORES PÚBLICOS NACIONAIS (WEB, MOBILE, API)

O município irá utilizar os Emissores Públicos Nacionais (API, Móvel e Web)? * ⓘ

☐ Sim

☒ Não

ALTERAÇÕES NO SISTEMA DE nota fiscal

- Alterações na NFS-e:
 - **Caso a opção seja por utilizar ferramenta própria:**
 - Adequações do layout da nota, com novos campos para o IBS e CBS;
 - Obrigatoriedade de transmissão para o Ambiente nacional (compartilhar os documentos fiscais eletrônicos gerados, conforme leiaute padronizado, para o ambiente de dados nacional da NFS-e).
 - **Caso a opção seja pelo emissor nacional:**
 - Suspensão do emissor próprio;
 - Utilização do sistema de emissão Nacional. [Painel Municipal NFSe](#)

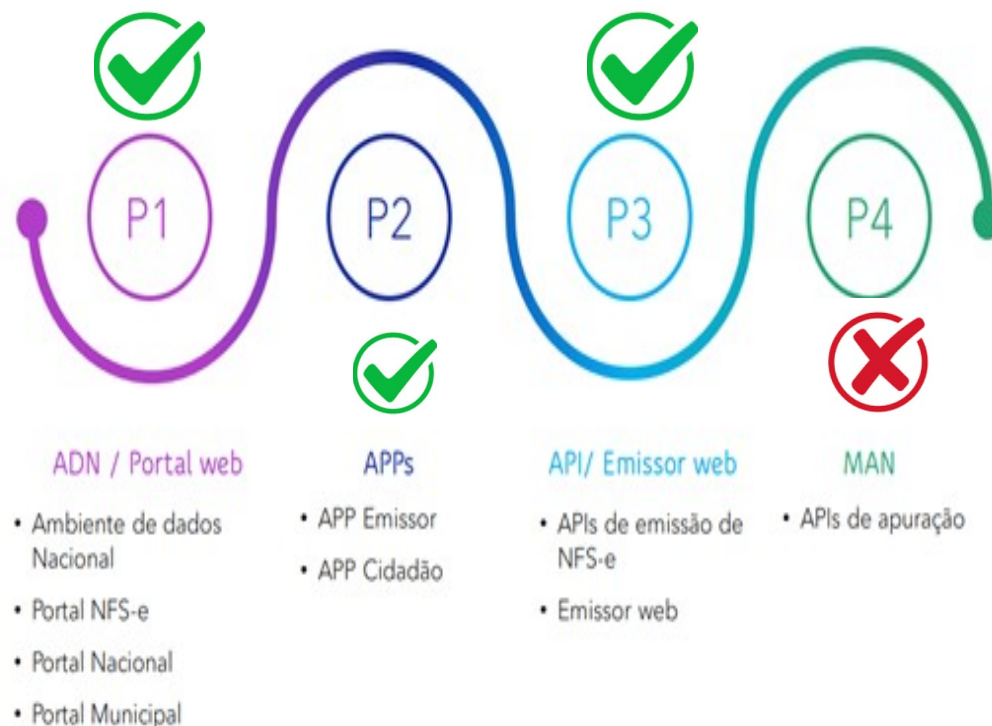


[Leiaute e esquemas atuais — Portal da Nota Fiscal de Serviço eletrônica](#)



Plano de implantação da NFS-e

A implantação da NFS-e e a consequente disponibilização dos seus produtos para os municípios, contribuintes e cidadãos será realizada em 4 fases.



LC 214/2025

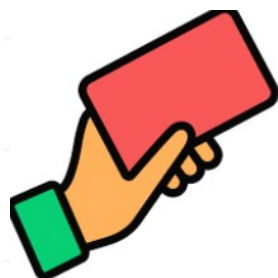
- Art. 62. Ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios obrigados a:
- I - adaptar os sistemas autorizadores e aplicativos de emissão simplificada de documentos fiscais eletrônicos vigentes para utilização de leiaute padronizado, que permita aos contribuintes informar os dados relativos ao IBS e à CBS, necessários à apuração desses tributos; e
- II - compartilhar os documentos fiscais eletrônicos, após a recepção, validação e autorização, com o ambiente nacional de uso comum do Comitê Gestor do IBS e das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- § 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, os Municípios e o Distrito Federal ficam obrigados, **a partir de 1º de janeiro de 2026**, a:
- **I - autorizar seus contribuintes a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e) no ambiente nacional ou, na hipótese de possuir emissor próprio, compartilhar os documentos fiscais eletrônicos gerados, conforme leiaute padronizado, para o ambiente de dados nacional da NFS-e; e**
- **II - compartilhar o conteúdo de outras modalidades de declaração eletrônica, conforme leiaute padronizado definido no regulamento, para o ambiente de dados nacional da NFS-e.**



LC 214/2025

- **Art. 62 (...)**
- § 2º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2032.
- **§ 3º Os dados do ambiente centralizador nacional da NFS-e deverão ser imediatamente compartilhados em ambiente nacional nos termos do inciso II do § 1º deste artigo.**
- § 4º O padrão e o leiaute a que se referem os incisos I e II do § 1º deste artigo são aqueles definidos em convênio firmado entre a administração tributária da União, do Distrito Federal e dos Municípios que tiver instituído a NFS-e, desenvolvidos e geridos pelo Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (CGNFS-e).
- § 5º O ambiente de dados nacional da NFS-e é o repositório que assegura a integridade e a disponibilidade das informações constantes dos documentos fiscais compartilhados.
- § 6º O Comitê Gestor do IBS e a RFB poderão definir soluções alternativas à plataforma NFS-e, respeitada a adoção do leiaute do padrão nacional da NFS-e para fins de compartilhamento em ambiente nacional.
- **§ 7º O não atendimento ao disposto no caput deste artigo implicará a suspensão temporária das transferências voluntárias.**

RISCO:



NFS-e Nota Fiscal de
Serviço Eletrônica



142 Municípios do MT, Resumo dos Aderentes em 19/09/2025: (fonte: RFB)

Apenas 35
municípios
Aderentes
e 107 não
Aderentes
ao ADN

-25%

Livres da Penalidade.

04
municípios
Ativos na
Base do
ADN

NFS_e
Nota Fiscal de
Serviço eletrônica

08 municípios
Aderentes ao
Emissor
Nacional (NFS-
e)



Portal da NFS-e Serra-ES:

<https://sefa.serra.es.gov.br/nfse2026.html>



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA

informações NFSe Padrão nacional



Alteração no CNPJ:

- Portaria RFB nº 2.229/2024;
- Alfa numérico ;
- Julho de 2026;
- Consequências no cadastro.

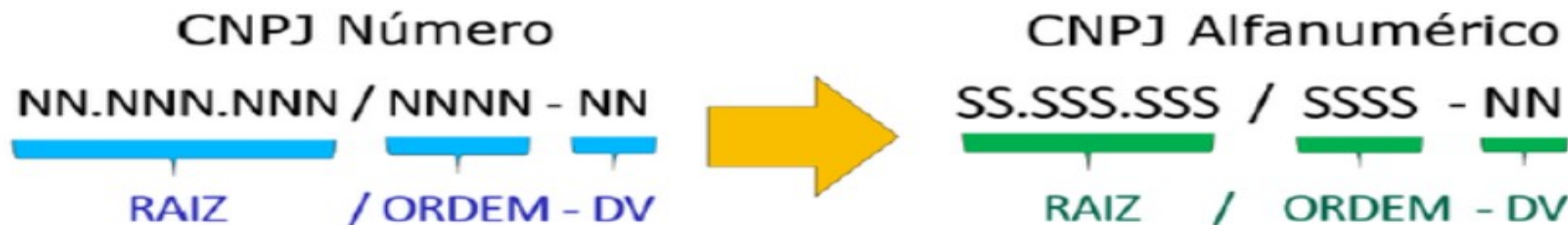
[Novo CNPJ Alfanumérico Conheça o Projeto.](#)



ALTERAÇÕES NO CNPJ



Solução CNPJ Alfanumérico



MESMO TAMANHO
Onde:
N – Número

- **Primeiras oito posições:** Serão alfanuméricas (letras e números), formando a raiz do CNPJ. Essa raiz identificará o estabelecimento matriz e suas filiais.
- **Quatro posições seguintes:** Também alfanuméricas, indicarão a ordem de inscrição do estabelecimento dentro da raiz.
- **Duas últimas posições:** Permanecerão numéricas, atuando como dígitos verificadores para garantir a autenticidade do CNPJ.



CADASTRO ÚNICO

- Cadastro Único- Necessidade de adaptação e ajustes de sistemas:
 - CPF;
 - CNPJ;
 - CIB: O Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) faz parte do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). O cadastro agregará informações cadastrais de imóveis rurais e urbanas, públicos ou privados, inscritos nos respectivos cadastros de origem, como o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), administrado pelo Incra, e o cadastro de imóveis urbanos administrados pelas prefeituras municipais.
(Prazo: Janeiro/2027)
 - DTE Único.

Nota Técnica CTAT N° 05/2025 - Orientações aos Municípios sobre Sinter e CIB



LC 214/2025

(cadastro único)

- Art. 59. As pessoas físicas e jurídicas e as entidades sem personalidade jurídica sujeitas ao IBS e à CBS são obrigadas a se registrar em cadastro com **identificação única**, observado o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I do § 3º do art. 11 desta Lei Complementar.
- § 1º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se os seguintes cadastros administrados pela RFB:
- I - de pessoas físicas, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- II - de pessoas jurídicas e entidades sem personalidade jurídica, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e
- III - de imóveis rurais e urbanos, o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).
(Prazo: Janeiro/2027) / Capitais : Janeiro/2026.

NOTA TÉCNICA CNM - CTAT N° 03/2025

Orientações para implementação do art. 59 da LC 214/2025.



I ENCONTRO TÉCNICO
SOBRE REFORMA
TRIBUTÁRIA
PARA MUNICÍPIOS
AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO



CONVÊNIO CIB

(prazo: janeiro/2026 - janeiro/2027)

O CIB é o inventário dos bens imóveis urbanos e rurais constituído com dados enviados pelos **cadastros de origem**, que deverão atender aos critérios de atribuição do código de inscrição no CIB.

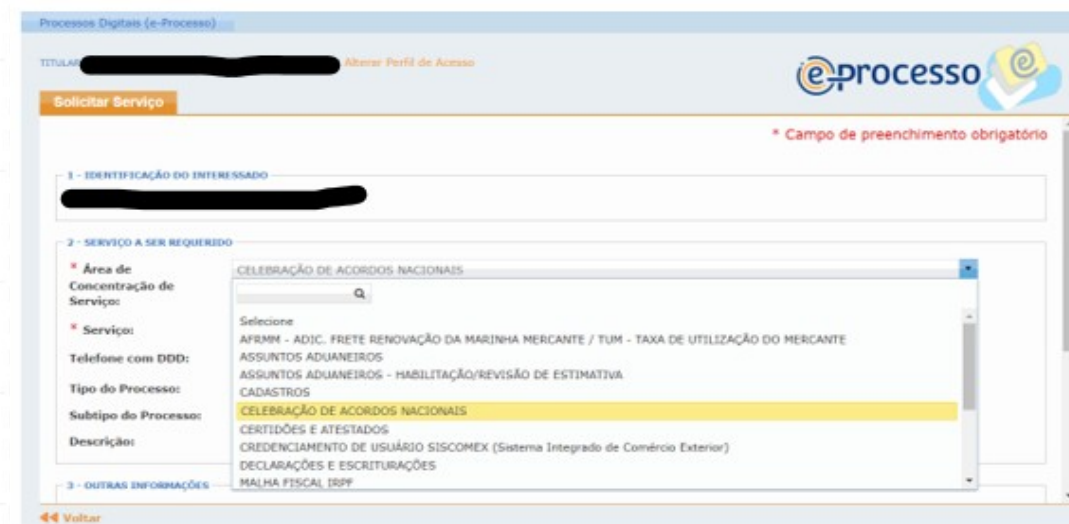
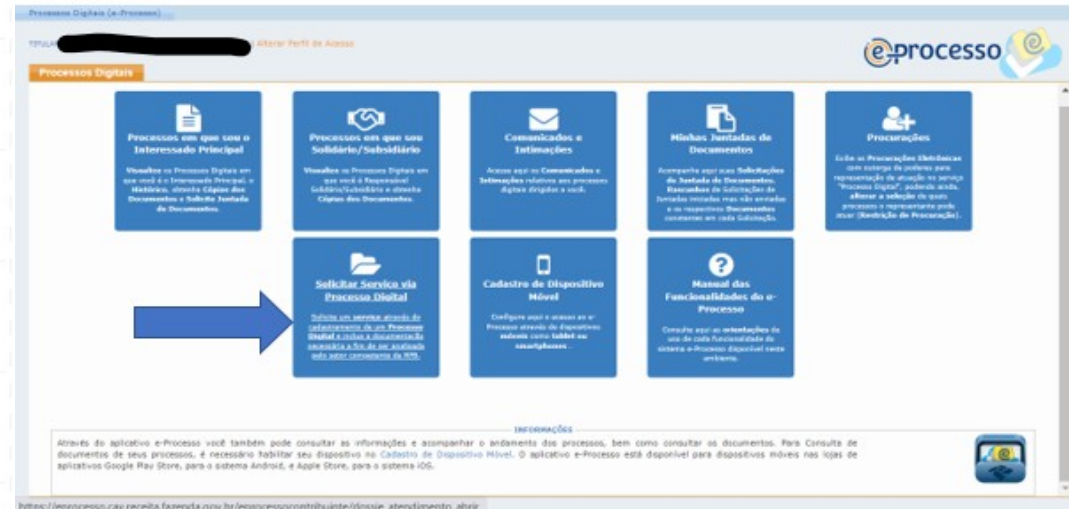
Passo-a-passo para fazer a adesão ao convênio:

1º Passo: Baixar, preencher e assinar o **TERMO DE ADEÇÃO AO CONVÊNIO** e o **OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE TRANSMISSORES**, com os dados específicos de nome e UF do Município, dados do Prefeito ou autoridade com delegação de competência, data e assinatura digital, com o uso de certificado digital com chave ICP-Brasil e imprimir em arquivo PDF;

2º Passo: Coletar em arquivo PDF o **Termo de Posse** ou **Diploma do Prefeito** OU **Delegação de Competência** para celebrar convênios (no caso de ser outra pessoa quem assinou o Termo de Adesão e o Ofício);


3º Passo: Com o **e-CNPJ da PREFEITURA** (ainda que o Termo de Adesão tenha sido assinado por um Secretário), utilizando o **eCAC** no site da RFB, solicitar a juntada dos documentos acima

4º Passo: Acompanhar a tramitação do processo pelo eCAC e sempre verificar a Caixa Postal (DTE) do Município, por onde poderão chegar notificações eletrônicas para acertos ou ajustes no processo.



CONVÊNIO CIB

(prazo: janeiro/2026)

 [Minuta TERMO DE ADESÃO.doc](#) — Microsoft Word Document, 23 kB (23552 bytes)

I ENCONTRO TÉCNICO
SOBRE **REFORMA**
TRIBUTÁRIA
PARA MUNICÍPIOS
AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO

enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area_nacional/areas_interesse/sinter/celebracao-de-convenios-orientacoes-gerais/termo-de-adesao-ao-convenio-sinter-de-15-de-dezembro-de-2022

a Financial Receita WS - Webse... HIPARC SMAR Tributário Protocolo Serra Simples Nacional Sistema Homoganfe Usar o Portal de Aut...

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Ir para o conteúdo Tamanho da Fonte Alto Contraste Acessibilidade Mapa do Site

 **ENAT**
Encontro de
Administradores Tributários

 Receita Federal  Acesso Restrito

Buscar no Site

☐ apenas nesta seção

 **SINTER**

**Sistema Nacional de Gestão
de Informações Territoriais**

Como conveniar-se Perguntas e Respostas Legislação Roteiro Técnico de Integração ao Sinter Fale Conosco

Área Nacional Áreas de interesse SINTER Como conveniar-se

[Termo de Adesão ao Convênio Sinter, de 15 de dezembro de 2022](#)

Termo de Adesão ao Convênio Sinter, de 15 de dezembro de 2022

 [Minuta TERMO DE ADESÃO.doc](#) — Microsoft Word Document, 23 kB (23552 bytes)

 **ENAT**

 Receita Federal

Como conveniar-se Perguntas e Respostas Legislação Roteiro Técnico de Integração ao Sinter Fale Conosco



25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDITO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt

CONVÊNIO CIB

RISCOS pelo descumprimento:



- O CIB deverá constar obrigatoriamente de **todos os documentos relativos à obra de construção civil** expedidos pelo Município.
- SISOBRAPREF
- REGISTRO DE IMÓVEIS
- APURAÇÃO DO IBS E DA CBS
- ETC....



LC 214/2025

(CIB)

- **Disposições Finais**
- Art. 265. Os bens imóveis urbanos e rurais de que trata esta Seção **deverão ser inscritos no CIB**, integrante do Sinter, de que trata o inciso III do § 1º do art. 59 desta Lei Complementar.
- § 1º O CIB é o inventário dos bens imóveis urbanos e rurais constituído com dados enviados pelos cadastros de origem, que deverão atender aos critérios de atribuição do código de inscrição no CIB.
- § 2º O CIB deverá constar obrigatoriamente de **todos os documentos relativos à obra de construção civil** expedidos pelo Município.
- Art. 266. Ficam estabelecidos os seguintes prazos de inscrição de todos os bens imóveis no CIB: Produção de efeitos
(...)
 - I - 12 (doze) meses para que: (Janeiro / 2026)**
 - c) as capitais dos Estados e o Distrito Federal incluam o código CIB em seus sistemas;**
 - II - 24 (vinte e quatro) meses para que: (Janeiro / 2027)**
 - b) os demais Municípios incluam o código CIB em seus sistemas.**



PLP 108/2024

(DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA RETIDA PARA
FINS DE TRANSIÇÃO)

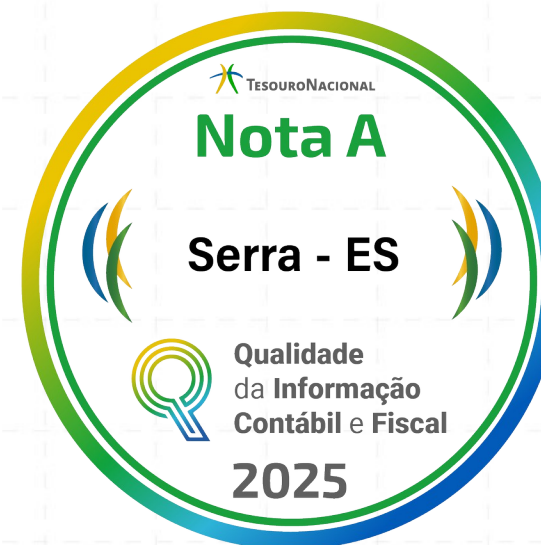
Receitas que compõem a os
valores anuais de 2019 a
2026: ISSQN - ICMS

- Art 127 (...)
- § 2º O valor da arrecadação dos impostos referidos no § 1º e da parcela creditada a que se refere o inciso III, alínea “b”, do *caput*, de cada ente federativo será calculada da seguinte forma:
- I - serão considerados os valores anuais de 2019 a 2026; e
- II - os valores anuais serão corrigidos, do respectivo ano até 2026, pela variação nominal da arrecadação total dos Estados, Distrito Federal e Municípios com os impostos a que se referem o art. 155, *caput*, inciso II, e o art. 156, *caput*, inciso III, da Constituição.

Fonte de dados: **SICONFI** (art. 128 §2º PLP108/24).



► A Serra foi reconhecida novamente no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O município conquistou o 1º lugar entre as cidades com mais de 100 mil habitantes que não são capitais, e 1º lugar entre as cidades na região Sudeste.



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA



TRIBUTÁRIA

Sancionada a
Complementar
131/2007

Oportunidades !



25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDICTO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt

LC 199/2023 (Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências)

- Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão de forma integrada e **poderão** ter acesso às bases de dados dos documentos fiscais eletrônicos, das declarações fiscais, do RCU, dos documentos de arrecadação e dos demais documentos fiscais que vierem a ser instituídos, na forma disciplinada pelo CNSOA.
- Parágrafo único. O CNSOA terá como objetivo a automatização da escrituração fiscal de todos os tributos abrangidos por esta Lei Complementar, com mínima intervenção do contribuinte, gerada a partir dos documentos fiscais eletrônicos por ele emitidos.
- Art. 5º Observado o § 5º do art. 1º, o disposto nesta Lei Complementar aplica-se a **todos os tributos, mesmo os que venham a ser instituídos após sua publicação**

(Registro Cadastral Unificado) - RCU

(comitê nacional de simplificação de obrigações tributárias acessórias) - CNSOA



ANÁLISE
DE
DOCUMENTOS



LC 214/2025

(compartilhamento obrigatório das informações cadastrais)

- Art. 59 As pessoas físicas e jurídicas e as entidades sem personalidade jurídica sujeitas ao IBS e à CBS são obrigadas a se registrar em cadastro com identificação única, observado o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I do § 3º do art. 11 desta Lei Complementar.
- § 2º As informações cadastrais terão integração, sincronização, cooperação e compartilhamento **obrigatório** e tempestivo em ambiente nacional de dados entre as administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais.
- § 3º O ambiente nacional de compartilhamento e integração das informações cadastrais terá gestão compartilhada por meio do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) de que trata o inciso III d o *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- § 4º As administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais poderão tratar dados complementares e atributos específicos para gestão fiscal do IBS e da CBS, observado o disposto no § 2º deste artigo.
- § 5º O Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) previsto no art. 332 desta Lei Complementar será unificado e obrigatório para todas as entidades e demais pessoas jurídicas sujeitas à inscrição no CNPJ.



Ajuste na COSIP.

Nova "COSISP" (Contribuição para o Serviços de Iluminação e Segurança Pública)

- **NOS TERMOS DO ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COSIP.**
- **Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

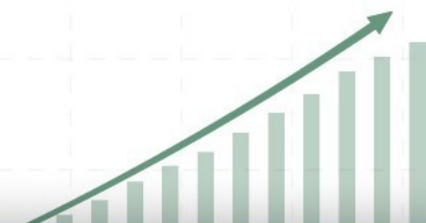
Nova "COSISP"



Nova "COSISP" (Contribuição para o Serviços de Iluminação e Segurança Pública)

Nova "COSISP"

- ***SUPERÁVIT X DESPESAS CORRENTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA***



ATENÇÃO



Dicas para a melhoria da receita

- Nota fiscal declaratória;
- Devedor Contumaz;
- Transação;
- Gestão Ativa da Dívida Ativa;
- Programa de autorregularização (ex: [Clique aqui - PROMAT-Serra](#))
- Base de cálculo da construção civil;
- Fiscalização dos contribuintes de suporte;
- Capacitação da administração tributária;
- Acompanhamento do Valor Adicionado para definição da cota parte do ICMS.
- Alteração do IPTU:
 - PGV por ato do Poder Executivo.
- Estudo do impacto da Reforma Tributária no Município e análise de medidas a serem adotadas.
- Convênio com o **ri digital** (todos os registros de imóveis do Brasil num só lugar)

Serviços disponíveis: Pedidos de Certidão; Monitor Registral; Matrícula Online; Pesquisa de Bens; Pesquisa Prévia.

[Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis \(ONR\) lançou oficialmente o RI Digital - Clique aqui.](#)

**RESPONSABILIDADE
GERACIONAL**

I ENCONTRO TÉCNICO
SOBRE **REFORMA
TRIBUTÁRIA**
» PARA MUNICÍPIOS
AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO



25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDICTO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt



PREFEITURA MUNICIPAL DA **SERRA**

I ENCONTRO TÉCNICO
SOBRE **REFORMA
TRIBUTÁRIA**
PARA MUNICÍPIOS
AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO

PROMAT PROGRAMA MUNICIPAL DE AUTORREGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA GTFÁZ-M

Secretaria Municipal da Fazenda



25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDICTO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt

PROMAT - SERRA



Em resumo, o PROMAT é inovador porque adota uma abordagem proativa e voluntária para corrigir erros fiscais, oferece a possibilidade de o contribuinte buscar a conformidade voluntária antes da aplicação da multa por infração (auto de infração), simplifica os processos de regularização, promove transparência e confiança no sistema tributário e prioriza a educação e orientação dos contribuintes.



**Essas características tendem a resultar em
uma administração tributária mais
eficiente, justa e transparente.**



MUDANÇA DE ABORDAGEM DO FISCO



O PROMAT utiliza a força do fisco municipal em iniciativas de educação e orientação para ajudar os contribuintes a entenderem melhor suas obrigações fiscais e a preencherem corretamente suas declarações tributárias.



Isso pode reduzir erros inadvertidos e melhorar a conformidade tributária a longo prazo.



**Mudamos o foco da fiscalização tributária municipal.
Deixamos de ser uma fiscalização punitiva para ser uma
fiscalização educativa e orientativa.**



ABORDAGEM VOLUNTÁRIA



Ao invés de depender apenas de auditorias e fiscalizações para identificar e corrigir erros fiscais, o PROMAT incentiva os contribuintes a se auto avaliarem e corrigirem voluntariamente suas declarações tributárias. Isso promove uma cultura de conformidade voluntária e responsabilidade fiscal.



EXEMPLO PRÁTICO

Antes:

Atraso pagamento ISS por 1 dia = R\$ 10.000,00 + (Multa punitiva 100%)
= **R\$ 20.000,00** (+ multa de mora e encargos legais)

ANTES
e
DEPOIS

Depois:

PROMAT-SERRA (Adesão a Autorregularização)

Atraso pagamento ISS por 1 dia = R\$ 10.000,00 + (Multa punitiva 0%)
= **R\$ 10.000,00** (+ multa de mora e encargos legais)



RESULTADOS OBTIDOS:



Valor das **Multas por infração** Jan a dez/2023 : R\$ 8.454.141,69

Valor das **Multas por infração** Jan a dez/2024 : R\$ 679.160,02

-80%

Valor arrecadado do **ISSQN** Jan a dez / 2023 : R\$ 349,8 milhões

Valor arrecadado do **ISSQN** Jan a dez / 2024 : R\$ 427,2 milhões

22%

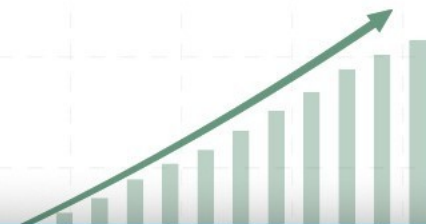


Mergulhe nas fontes :

[Biblioteca - Confederação Nacional de Municípios](#)



Vamos filosofar.....



A
necessidade

FAZ
O



PULAR

Obrigado !



Henrique Valentim

Celular : (28) 99964-0694



henrique.valentim@gmail.com



I ENCONTRO TÉCNICO
SOBRE **REFORMA
TRIBUTÁRIA**
» PARA MUNICÍPIOS
AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA

Apoio: Edinaldo Rossi

Secretario Adjunto de Receita
Serra-ES



25
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS
BENEDICTO SANT'ANA
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE
SUSTENTABILIDADE FISCAL
E DESENVOLVIMENTO

tce
mt